



ANA MARIA CAMPOS  
anacampos.df@dabr.com.br

## Presidente do Republicanos no DF deixa o cargo por discordar de aliança com atual governo

Presidente regional do Republicanos há 12 anos, Wanderley Tavares renunciou ao cargo em carta divulgada ontem. Ele esclareceu que deixa o comando por discordar dos rumos da legenda no Distrito Federal, que decidiu manter uma aliança eleitoral com o governo de Ibaneis Rocha (MDB). Tavares é apontado como o grande entusiasta de uma candidatura própria do Republicanos ao Governo do Distrito Federal no próximo ano. Com o recuo do deputado federal Fred Linhares (Republicanos-DF) que decidiu se manter na base e concorrer à reeleição, apoiando as futuras candidaturas de Celina Leão (PP) ao Palácio do Buriti e de Ibaneis ao Senado, a permanência de Tavares ficou insustentável.

### Renúncia

Em carta de renúncia, Wanderley Tavares ressalta o crescimento do Republicanos no DF. Em 2013, quando ele assumiu a presidência regional, o partido contava com apenas um deputado distrital. Na última eleição, elegeu um distrital, três deputados federais — sendo que um, Gilvan Máximo, perdeu o mandato por discussão sobre as regras eleitorais — e uma senadora, Damares Alves. “Diante da decisão do partido de estabelecer



Divulgação

uma aliança com o atual governo do Distrito Federal, visando o projeto de 2026, compreendo que não devo seguir na condução do Republicanos no DF. Permanecerei, no entanto, dedicado ao crescimento da nossa legenda, mas sem participação direta nessa aliança”, afirmou.

### Pleito histórico

Em assembleia, policiais civis decidiram, por unanimidade, rejeitar a proposta do governo federal de reajuste de 18% e pediram a reabertura da mesa de negociação, com o objetivo de alcançar a isonomia com a Polícia Federal. Além da categoria, participaram da assembleia políticos, como a senadora Leila Barros (PDT-DF), os deputados federais Rafael Prudente (MDB-DF) e Érika Kokay (PT-DF) e o presidente da Câmara Legislativa, deputado distrital Wellington Luiz (MDB). O presidente do Sinpol-DF, Enoque Venâncio de Freitas, ressaltou que a proposta é um avanço, mas não faz justiça a um pleito que é histórico. O governador Ibaneis Rocha autorizou o atendimento da reivindicação da categoria, mas o reajuste depende de autorização federal.

### Até o último recurso

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) não vai desistir do crime da 113 Sul. Promotores de Justiça pretendem interpor embargos de declaração no próprio STJ para tentar reverter a anulação do júri da arquiteta Adriana Villela, e se não forem vitoriosos pretendem levar o caso até o STF.

## As reviravoltas da política e da Justiça

Advogados comentam com desconfiança o julgamento do grupo 1, o chamado grupo crucial, que tem como principal réu o ex-presidente Jair Bolsonaro, sob acusação de atentar contra a democracia. Relembrem como crises profundas são superadas pelos rumos do país, a exemplo do que aconteceu com a ação penal 470, o mensalão, quando o ex-ministro José Dirceu (foto), apontado como o líder de uma organização criminosa que pagava mesada em troca de apoio político no Congresso, era considerado o inimigo público número um do país. Hoje, Dirceu, que cumpriu pena e foi inocentado de outros crimes, circula no meio político com influência e reverência. O presidente Lula foi



Reprodução/Redes Sociais

condenado, preso e ficou inelegível, por denúncias da Operação Lava-Jato, passou mais de 500 dias na prisão, e deu a volta por cima. Hoje, exerce o terceiro mandato. Os então heróis da República, Deltan Dallagnol e Sergio Moro, perderam esse status. Dallagnol foi eleito deputado federal e cassado. A Operação Lava-Jato caiu no descrédito.



### História

Mesmo assim, o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de militares de alta patente por tentativa de golpe é daqueles momentos que marcam a história do Brasil. É preciso ter consciência disso. As próximas gerações vão discutir o desfecho e os fatos que levaram ao momento atual. É importante pensar na importância do que vai ser decidido na Primeira Turma do STF. Estamos vivendo a história.

Divulgação/Priscila Prade



### Mãe e filha

A *Lista*, espetáculo protagonizado pela atriz Lilia Cabral e sua filha Giulia Bertolli, chega a Brasília para curta temporada de 17 a 19 de outubro, no Teatro Unip. Em três anos, o espetáculo percorreu o Brasil, passando por mais de 14 cidades e conquistando o público com sua mistura de humor e emoção. Lilia e Giulia interpretam vizinhas que, forçadas pela convivência, desenvolvem uma relação inesperada de afeto e empatia.

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



### Cármen Lúcia suspende obrigação de o GDF devolver R\$ 7 bilhões à União

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a obrigação do Distrito Federal de devolver à União R\$ 7 bilhões referentes a contribuições previdenciárias descontadas dos salários de policiais civis, militares e bombeiros entre 2003 e 2016. O GDF ajuizou a ação no STF para obter o reconhecimento da titularidade das contribuições previdenciárias recolhidas da remuneração dos integrantes das forças de segurança e, assim, não ser obrigado a devolver os valores referentes ao período de 2003 a 2016. Por mais de sete anos o Tribunal de Contas da União (TCU) entendeu que essas contribuições pertenciam ao DF. Mas, após um pedido de reexame da União, o TCU alterou sua posição e determinou a devolução dos valores ao Fundo Constitucional, além de incluir os montantes retidos em dívida ativa. O governo distrital argumenta que, embora a União seja responsável por organizar e manter as forças de segurança do DF, os repasses ao Fundo Constitucional asseguram a autonomia administrativa e financeira do ente federativo. Para o DF, a mudança repentina de entendimento do TCU, redefinindo a titularidade das contribuições, seria inconstitucional. Na decisão, Cármen Lúcia reconheceu a urgência para concessão da liminar, considerando o valor expressivo em discussão e a inclusão do débito na dívida ativa

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

## » Entrevista | RODRIGO ROLLEMBERG | DEPUTADO FEDERAL (PSB-DF)



Aponte a câmera do celular para conferir a entrevista completa

Ao *CB.Poder*, o parlamentar diz que perdoar o ex-presidente Jair Bolsonaro e demais envolvidos na tentativa de golpe de Estado aumentaria a polarização e seria um sinal de impunidade

# “Anistia iria tocar fogo no país”

» WALKYRIA LAGACI\*

O deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) foi entrevistado pelas jornalistas Ana Maria Campos e Denise Rothenburg no *CB.Poder* — parceria entre o *Correio* e a *TV Brasília*. O parlamentar afirmou que

o debate a respeito da anistia para o ex-presidente Jair Bolsonaro e os golpistas do 8 de Janeiro é “absolutamente inadequado e inoportuno”. “Temos que pautar temas que sejam de interesse da população brasileira”, frisou.

### Com a possibilidade do projeto de anistia ir ao plenário, o senhor acredita que teriam votos suficientes para aprovação?

Eu acho que seria bem dividido, difícil fazer uma previsão do resultado. Hoje, temos uma declaração do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, na imprensa, que pode dificultar o avanço do projeto na Câmara. Ele disse que não votará uma anistia ampla, geral e irrestrita. Ou seja, ele faria uma proposta de projeto de anistia, mas excluindo o núcleo dirigente — o ex-presidente Jair Bolsonaro e as pessoas que estavam no grupo político que planejava o golpe. Então, acredito que isso torna o tema mais fragilizado.

### A aprovação da anistia poderia trazer uma certa pacificação ao país?

Uma anistia, neste momento, iria tocar fogo no país. Essa medida aumentaria muito a polarização que estamos vivendo e seria um sinal ruim de impunidade. O que aconteceu foi muito grave, temos provas robustas, apresentadas pelo procurador-geral Paulo Gonet, de que foi criado um plano para matar o presidente, o vice-presidente, o ministro do Supremo Tribunal e implantar uma ditadura no Brasil. Vamos passar uma borra-cha nisso tudo e achar que com isso vamos estar pacificando o Brasil? Não, isso será um sinal de que temos impunidade e podemos fazer outras vezes. Portanto, acredito

Guilherme Félix CB/DA Press.



que é absolutamente inadequado e inoportuno pautar esse tema no Congresso. Temos que pautar temas que sejam de interesse da população brasileira.

### Existem boatos de que o centro da política não quer a prisão de Bolsonaro, apenas que ele permaneça inelegível. O senhor acredita que é possível chegar a esse acordo no Congresso?

Percebemos que há uma divisão na direita em função desse tema. O próprio Tarcísio (de Freitas,

governador de São Paulo, do Republicanos) foi muitas vezes atacado, desmoralizado e enfraquecido por declarações de Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos — diga-se de passagem, é um total absurdo a Câmara ainda não tê-lo cassado. A declaração do Tarcísio, que, na eventualidade de ser presidente, daria um indulto ao (Jair) Bolsonaro no primeiro dia, gerou grande desgaste para ele. E existe também uma parcela da direita mais responsável, digamos, a direita democrática, que não quer Bolsonaro

como candidato. No meio de toda essa pressão pela anistia, existem vários interesses contraditórios. Na hora que for definido o escopo do projeto dessa anistia, as divergências vão começar a aparecer.

### Qual é a prioridade para os próximos um ano e meio de mandato?

Eu quero trabalhar na questão do empreendedorismo. É um tema que está crescendo muito e mudou o mercado de trabalho do Brasil nos últimos anos. Temos que dar uma atenção especial para isso, para o microempreendedor individual (MEI), para a microempresa, para a pequena empresa. Isso pode contribuir para impulsionar a nossa economia de baixo para cima. Nesse sentido, apresentei um projeto que amplia os limites do MEI, que hoje tem faturamento de até R\$ 81 mil por ano, para R\$ 120 mil por ano, e o reajuste anual pelo IPCA para garantir segurança jurídica, para aquele que amplia um pouco o seu faturamento possa trabalhar com tranquilidade. Em torno de 15 milhões de pessoas no Brasil e em torno de 207 mil pessoas no Distrito Federal

serão beneficiadas com o aumento desse limite.

### Qual é a proposta da emenda que o senhor acrescentou à Lei de Diretrizes Orçamentárias?

Essa foi uma reivindicação dos reitores e estudantes dos institutos federais de ensino. Hoje, são milhões de alunos em todo o Brasil, essa rede cresceu muito no Distrito Federal e não existe uma rubrica especial no orçamento para financiar a alimentação escolar. Hoje, o atendimento é muito bom para as universidades federais, como a Universidade de Brasília, mas institutos federais não recebem o mesmo tratamento. A ideia é que os institutos tenham seus bandejeões. É importante ressaltar que grande parte dos estudantes do ensino técnico, tecnológico e científico, são pessoas carentes, que precisam dessa alimentação, que certamente vai contribuir para a melhoria do desempenho escolar. Então atendemos essa demanda e apresentamos a emenda na LDO.

\*Estagiária sob supervisão de Patrick Selvatti